

Comunicação

Gestão do conhecimento tradicional e a ancestral oralidade indígena: estudo de caso do Núcleo de Escritores e Artistas Indígenas

Management of traditional knowledge and ancestral indigenous oral tradition: a case study of the Indigenous Writers and Artists Center

Gestión del conocimiento tradicional y la oralidad ancestral indígena: estudio de caso del Núcleo de Escritores y Artistas Indígenas

Maria das Graças Monteiro Castro

Doutorado em Educação

Universidade Federal de Goiás

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5053-5642>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4558338917302505>

gracamcastro@ufg.br

Cássia Oliveira

Doutorado em Comunicação

Universidade Federal de Goiás – Brasil

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6859-9692>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2698903438357995>

cassiaoliveira@ufg.br

Fabiano Couto Corrêa da Silva

Doutorado em Informação e Documentação

Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Brasil

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5014-8853>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4635807083312321>

fabianocc@gmail.com

Laura Vilela Rodrigues Rezende

Doutorado em Ciência da Informação

Universidade Federal de Goiás – Brasil

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8891-3263>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1612227255633180>

laura_rezende@ufg.br

Geisa Muller de Campos Ribeiro

Doutorado em Comunicação

Universidade Federal de Goiás – Brasil

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5778-1248>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8381098929874060>

geisamuller@ufg.br

Resumo

O presente estudo conceitua elementos fundamentais, tais como Literatura Indígena, Conhecimento Tradicional e Modelagem Conceitual, articulados aos princípios FAIR e CARE, para o desenvolvimento e a criação de uma Biblioteca Digital da Literatura Indígena para crianças e jovens no contexto do Núcleo de Escritores e Artistas Indígenas (NEArIn) do Instituto Indígena Brasileiro para Propriedade Intelectual (Inbrapi). Trata-se de uma pesquisa de caráter bibliográfico, que se configura como um desdobramento do Projeto Ciência Aberta e Gestão do Conhecimento Tradicional e Científico: estudo de caso do Núcleo Takinahaký de Formação Superior Indígena da Universidade Federal de Goiás, que busca recuperar e sistematizar o conhecimento tradicional e científico gerado pelo Núcleo Takinahaký a partir de um protocolo de gestão de dados e informações utilizando-se de tecnologias inovadoras relativas ao compartilhamento de dados, além de ferramentas de rastreabilidade. Concluímos que os princípios norteadores de uma pesquisa evolvendo comunidades indígenas e que buscam “extrair” e registrar os “modos de conhecer” o que por eles é criado e produzido, não podem negar a existência de sua cultura e da nação daqueles povos. Afinal, a coleta, classificação e registro de diversas formas de conhecimento a respeito de povos indígenas não devem colonizá-los novamente.

Palavras-chave: Gestão do Conhecimento Indígena; Literatura Indígena; Modelagem Conceitual; Princípios FAIR e CARE.

Abstract

This study conceptualizes fundamental elements such as Indigenous Literature, Traditional Knowledge, and Conceptual Modeling, articulated with the FAIR and CARE principles, for the development and creation of a Digital Library of Indigenous Literature for children and young people in the context of the Center for Indigenous Writers and Artists (NEArIn) of the Brazilian Indigenous Institute for Intellectual Property (Inbrapi). This is a bibliographic research study, which is an offshoot of the *Open Science and Management of Traditional and Scientific Knowledge Project: a case study of the Takinahaký Center for Indigenous Higher Education* at the Federal University of Goiás, which seeks to recover and systematize the traditional and scientific knowledge generated by the Takinahaký Center based on a data and information management protocol using innovative technologies related to data sharing, as well as traceability tools. We conclude that the guiding principles of research involving Indigenous communities that seek to “extract” and record the “ways of knowing” what they create and produce cannot deny the existence of their culture and

nation. After all, the collection, classification, and recording of various forms of knowledge about Indigenous peoples should not colonize them again.

Keywords: Indigenous Knowledge Management; Indigenous Literature; Conceptual Modeling; FAIR and CARE Principles.

Resumen

El presente estudio conceptualiza elementos fundamentales, tales como la literatura indígena, conocimiento tradicional y modelización conceptual, articulados con los principios FAIR y CARE, para el desarrollo y la creación de una biblioteca digital de literatura indígena para niños y jóvenes en el contexto del Núcleo de Escritores y Artistas Indígenas (NEArln) del Instituto Indígena Brasileño para la Propiedad Intelectual (Inbrapi). Se trata de una investigación de carácter bibliográfico, que se configura como una rama del Proyecto Ciencia Abierta y Gestión del Conocimiento Tradicional y Científico: estudio de caso del Núcleo Takinahaky de Formación Superior Indígena de la Universidad Federal de Goiás, que busca recuperar y sistematizar el conocimiento tradicional y científico generado por el Núcleo Takinahaky a partir de un protocolo de gestión de datos e información utilizando tecnologías innovadoras relacionadas con el intercambio de datos, además de herramientas de trazabilidad. Concluimos que los principios rectores de una investigación que involucra a comunidades indígenas y que busca «extraer» y registrar las «formas de conocer» lo que ellos crean y producen, no pueden negar la existencia de su cultura y de la nación de esos pueblos. Después de todo, la recopilación, clasificación y registro de diversas formas de conocimiento sobre los pueblos indígenas no debe colonizarlos nuevamente.

Palabras clave: Gestión del conocimiento indígena; Literatura indígena; Modelización conceptual; Principios FAIR y CARE.

Introdução

A proposta aqui apresentada configura-se como um desdobramento do Projeto Ciência Aberta e Gestão do Conhecimento Tradicional e Científico: estudo de caso do Núcleo Takinahaky de Formação Superior Indígena da Universidade Federal de Goiás, que busca recuperar e sistematizar o conhecimento tradicional e científico gerado pelo Núcleo Takinahaky, bem como fortalecer as pesquisas desenvolvidas por diferentes grupos étnicos a partir de um protocolo de gestão de dados e informações utilizando-se de tecnologias inovadoras relativas ao compartilhamento de dados, além de ferramentas de rastreabilidade.

A partir dos pressupostos do referido projeto e considerando a necessidade de recuperação e preservação da tradição oral dos povos indígenas traduzida na literatura indígena, como uma reafirmação da oralidade, buscamos recuperar a produção literária indígena brasileira para crianças e jovens a partir da futura criação de uma Biblioteca Digital de Literatura Indígena voltada para a organização e a acessibilidade de materiais referenciais relacionadas às obras e à estudos sobre a produção editorial da área. Para isso, este estudo se propõe a investigar a natureza constitutiva dos dados da literatura indígena a partir da concepção de uma modelagem conceitual necessária para a estruturação dos metadados e de uma infraestrutura tecnológica capaz de

otimizar a gestão de coleções digitais no âmbito do Repositório de Dados de Pesquisa da Universidade Federal de Goiás (UFG), vinculado ao referido Projeto Ciência Aberta e Gestão do Conhecimento Tradicional e Científico.

Tomamos como ponto de partida o Instituto Indígena Brasileiro para Propriedade Intelectual (Inbrapi) por meio do Núcleo de Escritores e Artistas Indígenas (NEArln) criado em 2003. Trata-se de uma instituição não governamental criada e dirigida por indígenas de diferentes povos que tem por objetivo proteger os direitos de propriedade intelectual dos povos originários do Brasil. Para tratar de questões específicas de propriedade intelectual a instituição criou Núcleos que atuam em duas grandes áreas: Núcleo de Advogados Indígenas (NAI) e o Núcleo de Escritores e Artistas Indígenas (NEArln), responsável por discutir temas ligados a direitos autorais e de imagem e patrimônio material e imaterial, como grafismos (Munduruku, 2013).

A partir dos registros do Encontro de Escritores e Artistas Indígenas iniciado em 2004 no Salão da FNLIJ do Livro para Crianças e Jovens, organizado pelo Inbrapi, pode-se identificar o esforço da instituição no fortalecimento da difusão da literatura indígena brasileira, promovendo debates e crescimento da produção literária voltadas para o público infantil e juvenil. O evento mobilizou a realização de concursos para incentivar talentos literários entre os indígenas brasileiros, bem como concursos sobre obras de autores indígenas para inserção no contexto escolar. Tais ações podem, em alguma medida, influenciar o mercado editorial para publicações fidedignas sobre os povos indígenas, reduzindo preconceitos e exclusão do contexto social, dentre outros feitos.

Nesse sentido, tomamos por objetivo recuperar, representar e descrever a diversidade cultural e linguística da produção literária de autores indígenas brasileira, a partir da criação de uma biblioteca digital referencial dessa produção disponível no mercado editorial, garantindo a preservação e o acesso ao conhecimento tradicional das etnias. A biblioteca digital será concebida a partir de uma modelagem conceitual da literatura indígena observando a diversidade cultural e linguística das diferentes etnias, possibilitando a implementação tecnológica da coleção de registros gerados no âmbito do NEArln, considerando os princípios FAIR e requisitos de replicabilidade.

Trata-se de uma pesquisa predominantemente qualitativa, com coleta de dados realizada por meio de consulta bibliográfica e documental junto ao NEArln do Inbrapi, tendo como metodologia a abordagem *bottom-up*, que se inicia identificando a rede de atores envolvidos (Hjern et al. *apud* Sabatier, 1986, p.32). Será realizado um levantamento das obras publicadas desde a criação do NEArln em 2004, identificando os autores envolvidos buscando contextualizar o processo de produção e divulgação da literatura indígena para crianças e jovens das diferentes etnias. A construção de uma modelagem conceitual do conhecimento tradicional, recuperando a ancestral oralidade indígena por meio da linguagem literária escrita, será capaz de oferecer aos povos indígenas um conhecimento global da realidade, da própria comunidade e da sociedade que os cercam.

Trata-se, portanto, de uma investigação empírica de fenômenos contemporâneos dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos (Yin, 2003, p. 32-33). No caso do presente projeto, podemos considerar como fenômeno o registro do conhecimento tradicional no contexto de cada autor que faz parte de uma etnia diferente.

Referencial teórico

Considerando o conhecimento como insumo fundamental para o desenvolvimento da ciência, da gestão e da tecnologia a partir de estudos dos processos de produção, análise e comunicação da informação, fundamentamos esse estudo a partir dos princípios da Ciência Aberta e Colaborativa (*Open and Collaborative Science - OCS*) ao buscar promover a gestão integrada do conhecimento tradicional e científico gerado pelos autores indígenas do NEArln (Inbrapi). Tal empreitada buscará identificar e acessar saberes interdisciplinares reunidos em publicações que registram a ancestral oralidade e linguística dos povos indígenas para construir um sistema de organização do conhecimento a partir de uma modelagem conceitual e sua posterior implementação tecnológica da coleção de registros gerados no âmbito do Núcleo considerando os princípios FAIR e requisitos de replicabilidade.

Tomamos como ponto de partida os estudos já estruturados no Projeto de pesquisa Ciência Aberta e Gestão do Conhecimento Tradicional e Científico: Estudo de caso do Núcleo Takinahakŷ de Formação Superior Indígena da Universidade Federal de Goiás (Rezende, 2024), que recupera o documento Monitoramento do uso dos Conhecimentos Tradicionais: como o Brasil pode avançar nessa agenda?, do Instituto Escolhas, publicado em 2023, e define o conhecimento tradicional como:

Informações e práticas inseridas na cultura, nos modos de vida e na intimidade de povos e comunidades tradicionais (PCTs), construídos, transmitidos e preservados coletivamente, possuindo estreita relação com o território e com a natureza, constituindo-se, portanto, como patrimônio cultural imaterial de valor imensurável para a conservação da biodiversidade (Instituto Escolhas, 2023, p. 3).

Nesse sentido, torna-se indispensável esclarecer a importância da preservação do conhecimento tradicional tomando como referência a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, em seu artigo 16º, explicitando que “os povos indígenas têm o direito de estabelecer seus próprios meios de informação, em seus próprios idiomas, e de ter acesso a todos os demais meios de informação não-indígenas, sem qualquer discriminação”. A Declaração atribui aos estados a responsabilidade de implementação de “medidas eficazes para assegurar que os meios de informação públicos reflitam adequadamente a diversidade cultural indígena. Os Estados, sem prejuízo da obrigação de assegurar plenamente a liberdade de expressão, deverão incentivar os meios de comunicação privados a refletirem adequadamente a diversidade cultural indígena” (ONU, 2008, p. 11).

A manutenção da diversidade cultural indígena presente no conhecimento tradicional a ser registrado em qualquer suporte informacional, deverá ser publicizado conforme decisões e condições definidas pelos povos detentores do direito autoral para se tornarem pública. Nessa perspectiva, a declaração é explícita, em seu artigo 31º, quanto às condições:

1. Os povos indígenas têm o direito de manter, controlar, proteger e desenvolver seu patrimônio cultural, seus conhecimentos tradicionais, suas expressões culturais tradicionais e as manifestações de suas ciências, tecnologias e culturas, compreendidos os recursos humanos e genéticos, as sementes, os medicamentos, o conhecimento das propriedades da fauna e da flora, as tradições orais, as literaturas, os desenhos, os esportes e jogos tradicionais e as artes visuais e interpretativas. Também têm o direito de manter, controlar, proteger e desenvolver sua propriedade intelectual sobre o mencionado patrimônio cultural, seus conhecimentos tradicionais e suas expressões culturais tradicionais; 2. Em conjunto com os povos indígenas, os Estados adotarão medidas eficazes para reconhecer e proteger o exercício desses direitos (ONU, 2008, p. 16).

Para tratar da Gestão do conhecimento tradicional e a ancestral oralidade indígena teremos que localizar a especificidade da linguagem literária a partir da ancestral oralidade dos diferentes povos, entendendo-a, como bem define Mundukuru (2013, p. 19), como um modo de crianças e jovens indígenas compreenderem a própria comunidade e a sociedade que os cercam e às crianças e jovens não indígenas, apresentar a oportunidade de olhar e compreender a sua ancestralidade pautada na presença indígena na História do Brasil.

Como base teórica utilizaremos a publicação *Contextualizing openness: situating open science* (2019) que permitirá o desenvolvimento de abordagens conceituais e metodológicas específicas ao objeto em questão, como estratégia para delinear uma modelagem conceitual para que os autores indígenas possam compreender, gerir e salvaguardar o conhecimento tradicional gerado em suas obras literárias. Assim, as proposições elencadas por Albornoz et al. (2019, p. 23) se apresentam como essenciais para um processo de abertura dos dados indígenas proposto neste estudo e listadas a seguir:

- 1) Conhecimento comum: os recursos intelectuais e culturais — instalações, artefatos, ideias — são coletivamente gerenciados, compartilhados, usados e governados por todos ou a maioria dos membros de uma comunidade e sua sustentabilidade é baseada na reciprocidade, confiança e cooperação;
- 2) Justiça cognitiva: reconhece a diversidade de formas de conhecer e a pluralidade de saberes, promovendo uma interação entre as tradições. Considera que indivíduos e comunidades, independentemente de cultura, gênero, condição socioeconômica e idioma, devem ser capazes de usar e compartilhar o conhecimento;
- 3) Abertura situada: pressupõe que o conhecimento está situado dentro de

relações históricas, políticas e socioculturais particulares, abordando desigualdades e hierarquias de sua produção e seus conflitos inerentes. Essa compreensão evita que o conhecimento gerado seja apropriado e/ou mercantilizado sem consentimento, crédito ou compensação para suas comunidades;

4) Direito à pesquisa: o direito à pesquisa está relacionado à distribuição de poder dentro das etapas de criação de conhecimento. Assim, deve-se priorizar o direito dos indivíduos no que tange à participação em todas as fases de pesquisa como um meio de obtenção de conhecimento estratégico sobre suas comunidades e capacidade;

5) Colaboração equitativa: A colaboração equitativa visa expressar a interação horizontal entre as comunidades epistêmicas heterogêneas de conhecimentos formais e informais para atingir os objetivos de desenvolvimento sustentável;

6) Infraestruturas inclusivas: o princípio de infraestruturas inclusivas reconhece a necessidade de desenvolvimento e uso de infraestruturas inclusivas não somente no que diz respeito às Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs), mas na diversidade de ferramentas, métodos e estrutura. Os conhecimentos que circulam na comunidade local são relevantes para suas vidas, sendo oral e artesanal, assim, faz-se necessário desenvolver outros espaços de legitimação (novas ferramentas, processos e infraestruturas adequados à comunidade);

7) Desenvolvimento sustentável: o desenvolvimento local significativo deve ser culturalmente sensível, ambientalmente sustentável e liderado por comunidades. Considera-se o Desenvolvimento Sustentável em soluções locais de pequena escala, que levam às práticas locais de conservação, solução de problemas e compartilhamento de recursos.

Destaca-se também como referencial os princípios CARE para a governança de dados indígenas que abordam preocupações relacionadas a esses povos e seus dados. Os princípios contemplam aspectos relacionados ao benefício coletivo, autoridade para controlar, responsabilidade e ética. Tais princípios detalham que o uso de dados indígenas deve resultar em benefícios coletivos tangíveis para os povos indígenas por meio do desenvolvimento inclusivo e inovação, além de melhor governança com o envolvimento destes cidadãos (CARROL et al; 2021).

Os Princípios CARE devem estar presentes em todo o ciclo de vida dos dados/informações que representam o conhecimento, desde a modelagem conceitual, coleta, até a curadoria e acesso conforme as possibilidades de serem aplicados e utilizados possibilitando o desenvolvimento de critérios para definição de metadados culturais, de biodiversidade, de proveniência, de governança indígena, de ética indígena, de transparência, de integridade e de equidade.

Finalmente, os princípios FAIR também servirão como fundamento, uma vez que fornecem diretrizes para melhorar a localização, acessibilidade, interoperabilidade e reutilização de ativos digitais. Esses princípios enfatizam a capacidade dos sistemas

computacionais de encontrar, acessar, interoperar e reutilizar dados sem nenhuma ou mínima intervenção humana, considerando que cada vez mais dependemos do suporte computacional para lidar com dados digitais como resultado do aumento no volume, complexidade e velocidade de criação de dados (GO FAIR, 2023).

Escrita indígena: registro, oralidade, literatura e memória

Para recuperar, representar e descrever a diversidade cultural e linguística da produção literária de autores indígenas brasileira e garantir a preservação e o acesso ao conhecimento tradicional das etnias será necessário compreender alguns conceitos que irão nortear a concepção de uma modelagem conceitual da literatura indígena observando a diversidade cultural e linguística das diferentes etnias. Esse percurso foi realizado a partir de autores indígenas (Dorrico, 2018; Munduruku, 2018; Kambeba, 2018; Souza, 2018 e Krenak, 2018) que construíram categorias essenciais para a análise da literatura indígena brasileira contemporânea.

A escrita é uma técnica que, dominada, possibilitou a transformação da memória em identidade pelos povos indígenas, mantendo-a viva. Para Munduruku (2018) a literatura indígena é portadora do reencontro da memória com outros fatos que atualizam o pensamento ancestral. A separação entre oralidade e escrita é tênue e a escrita indígena é a afirmação da oralidade. Para o autor (2018, p. 83) a oralidade e escrita não devem ser compreendidas como opostas, mas sim como formas complementares de expressão. A memória procura dominar novas tecnologias para se manter viva e a escrita é uma delas. Segundo ele, “é preciso aprender as possibilidades de mover-se num tempo que nega os povos que se afirmam. A escrita indígena é a firmação da oralidade”. Ele ainda diz que é essencial escrever, mesmo com tintas de sangue, a história que foi tantas vezes negada.

Krenak (2018, p. 28-29) afirma que é impensável a fundação da nacionalidade e da ideia de Brasil se não estiver apoiada na riqueza cultural e material, na grande herança que os povos indígenas legaram e que a maioria das comunidades indígenas continua mantendo o propósito de guardar suas tradições, sendo os guardiões da memória de seu povo.

E qual o papel da escrita na manutenção da cultura indígena? Segundo Kambeba (2018) o conhecimento indígena era transmitido pela oralidade e o registro escrito tem peso ancestral. Com a escrita nasce a literatura indígena carregando um povo com sua história de vida, identidade e espiritualidade. Para a autora, “a palavra é, para os povos indígenas, um objeto de arte, pois ela representa a imagem guardada na memória de saberes”. A produção indígena faz de seu conhecimento uma ferramenta de registro e de informação, a partir da catalogação de narrativas de diferentes povos contadas pelos mais velhos e posteriormente transformadas em livros para as crianças aprofundarem determinado assunto ou saberem como cada povo vive, resiste e defende seu território. São saberes diversos: “o tempo do rio; conhecimentos essenciais para caminhar na

Floresta; saberes de cura espiritual e física, culinária específica indígena” (Kambeba, 2018, p. 40-43).

Nessa perspectiva temos que levantar conceitos ligados ao livro, à literatura, à autoria e a outros aspectos da produção literária para os povos indígenas, como a oralidade, a literariedade e a tradução. Afinal, os livros escritos, ilustrados e idealizados pelos povos indígenas registram e traduzem sua língua, cultura, tradições, identidades e o conhecimento tradicional, a partir da arte narrativa.

O indígena, assim como sua literatura foram bastante explorados por escritores não indígenas desde o começo da literatura brasileira como forma de fortalecimento e representação da ação. O Modernismo reconheceu na literatura oral sua força ritualística, mas, ainda, centrada no texto escrito. Somente, a partir de muito pouco, os povos indígenas passam a escreverem suas línguas a partir de publicações de suas histórias, nos mais variados suportes (vídeos, blogs, site, mídias sociais entre outras). No entanto, trataremos da constituição da literatura indígena com ênfase no texto impresso e no seu processo de produção, e que são, majoritariamente, fruto de pesquisas de professores indígenas iniciados com os mais velhos, que conhecem as histórias e guardam a memória de seu povo.

Em seu estudo sobre a literatura indígena e suas múltiplas grafias, Lima (2012, p.18) levanta os conceitos necessários para compreensão do que vem a ser o livro e a literatura a partir das concepções de poética, oralidade, literalidade e tradução. Lima entende a tradução como a base de todo produto editorial a partir de literaturas orais, que pode ser pensado em duas dimensões não dicotômicas: uma que é o texto em si, a mensagem e a língua em que é transmitido; e a outra que é o livro como objeto físico, seu projeto gráfico considerando o formato, a fonte, as cores, as ilustrações e a composição da página.

Nesse sentido, a matéria textual da literatura indígena é apresentada por Lima (2012, p.20) considerando o livro “como objeto físico, explorando seus projetos gráficos e demonstrando as múltiplas grafias que se encontram nele”. As múltiplas grafias são entendidas como as várias formas de escrituras que estão presentes nos livros indígenas, abrangendo os desenhos, grafismos, a escrita alfabética e a fotografia. O livro indígena é abordado, portanto, como meio no qual convergem novas e antigas formas de escritura, sejam as tradicionais, como os grafismos e desenhos que sempre estiveram presentes nessas sociedades; e as não tradicionais, como a escrita alfabética e a fotografia, apropriadas no contato com o branco.

Ao abordar o livro indígena dessa forma, comprehende-se que através dessas várias escrituras, muitos destes livros se tornam acessíveis a uma grande parte das pessoas, mesmo que estas não dominem a língua escrita ou mesmo o universo e a cultura de um determinado povo. Além disso, através dessas grafias os autores marcam uma forte identidade em seus livros, apresentando ao leitor um pouco de seus mundos e imaginários.

Seguindo essa linha de discussão, considerando ainda os elementos do livro no processo editorial, é necessário conceituar a autoria na literatura indígena, uma vez que neste contexto a autoria não representa uma pessoa, mas a tradição de um povo. Para Lima (2012, p.41), “no caso de textos da tradição oral, pensar a autoria é ainda mais complicado. Muitas vezes, a história ou o conhecimento que está sendo escrito pertence a todo um povo e, por isso, vemos vários livros cuja função “autor” não é preenchida por uma pessoa, e sim por um povo[...]”. Trata-se, portanto, de uma autoria coletiva que está relacionada com a tradução de mundos de diferentes povos com contextos distintos de produção e representação. Trabalhar com os textos indígenas é um desafio. Representá-los, é um desafio maior ainda.

Representando o conhecimento tradicional

Para refletirmos sobre a representação do conhecimento tradicional, recorremos aos conceitos de Literatura Indígena e de modelagem conceitual. O Glossário Ceale (2014), da Faculdade de Educação da UFMG, define e contextualiza a aplicação do conceito de Literatura indígena sua aplicação, situando a falta de consenso sobre o uso da expressão para representar 305 grupos étnicos, falando 274 línguas¹, com culturas e histórias próprias. Segundo o Glossário numa perspectiva ampla:

Essa produção cultural assinala textos criativos em geral (orais ou escritos) produzidos pelos diversos grupos indígenas, editados ou não, incluindo aqueles que não se apresentam, em um primeiro momento, como constituídos a partir de um desejo especificamente estético-literário intencional, como as narrativas, os grafismos e os cantos em contextos próprios, ritualísticos e ceremoniais.[...] De modo geral, a Literatura Indígena, nessa perspectiva, tem se apresentado em língua portuguesa ou bilíngue (em alguns casos em que a língua indígena apresenta registro escrito), em gêneros variados como relatos sobre a origem do mundo e atividades ceremoniais, histórias de animais, narrativas sobre fatos gerais da vida, cantos diversos, poemas. Encontramos nela desde a recolha e a escrita particular de narrativas tradicionais coletivas, passando por trabalhos que se dedicam à recriação de elementos da tradição oral (personagens, cenários, símbolos) até a criação individual, propriamente dita. Três dimensões se evidenciam nessa produção: a política (questões de identidade), a cognitiva (preservação de conhecimentos tradicionais e da memória social) e a estética (configuração do sensível) (Frade; Val; Bregunci, 2014).

A modelagem conceitual, por sua vez, constrói representações abstratas, coerentes e organizadas desistemas ou conjuntos de informações. Svenonius (2000) define-a como “ferramenta teórica que estrutura elementos para facilitar sua recuperação e uso, sempre articulada ao contexto da natureza da informação a ser tratada, sendo que, em bibliotecas digitais, entretanto, sua função ultrapassa a organização técnica e também sustenta a dimensão cultural e educativa dos acervos, conectando usuários

1 Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

aos significados simbólicos que as obras carregam. Ao tratarmos do conhecimento indígena e sua representação, devemos, portanto, atentar para a multiplicidade de suportes que carregam informações e correlações de sentidos.

A partir disto, é também importante definir o que é o Conhecimento Tradicional. No artigo 8º da nota técnica publicada pelo Inbrapi (2004, p. 02), é definido que “as sociedades indígenas do Brasil detêm um universo de conhecimentos tradicionais, desenvolvidos e aperfeiçoados, empiricamente, ao longo dos séculos, resultantes da interação peculiar de cada um dos 230 povos indígenas com diversos ecossistemas do país”. São saberes que constituem parte integrante e indissociável de cada cultura indígena. Nessa perspectiva, o Conhecimento Tradicional:

É o meio de identificação cultural de seus detentores, de forma que sua preservação e integridade sejam relacionadas às preocupações na preservação das diversas culturas por si mesmas e, mesmo se contém informações de caráter prático ou tecnológico, o conhecimento tradicional apresenta uma dimensão cultural e um contexto social que o diferencia de outras formas de informação científica ou tecnológica (Instituto Indígena Brasileiro para Propriedade Intelectual, 2004, p. 02).

A nota técnica ainda afirma que o Conhecimento Tradicional é de natureza coletiva e não uma mercadoria disponível no mercado. Ele está intrinsecamente ligado às suas identidades, leis, instituições, sistemas de valores e visões cosmológicas. Por isso sua representação deve reconhecer sua complexidade e múltiplas facetas, assegurando práticas de pesquisa e comunicação que contribuam para o fortalecimento das histórias e memórias de resistência e resiliência indígena, bem como para a valorização da arte, das expressões artísticas, intelectuais e tecnológicas produzidas pelos diversos povos e etnias indígenas.

A gestão do conhecimento tradicional e a ancestral oralidade indígena deverá refletir o compromisso com a representatividade e a diversidade cultural dos povos indígenas, garantindo que os materiais selecionados atendam a múltiplas perspectivas e interesses e promovam a construção de conhecimentos por meio da interação dinâmica entre pessoas e objetos, favorecendo a troca de experiências, a escuta sensível e respeitosa, e a valorização das percepções sensoriais. Esta gestão do Conhecimento Tradicional deverá contribuir, ainda, para a valorização da diversidade e para a ampliação do entendimento sobre o patrimônio cultural dos povos indígenas, bem como o reconhecimento dos direitos, da autonomia dos povos originários e do compromisso contra qualquer forma de discriminação.

Considerações Finais

Diante de exposto, para que possamos garantir a plena representatividade do conhecimento tradicional e de sua ancestral oralidade, considerando a diversidade

cultural dos povos indígenas e garantindo que os materiais selecionados atendam a múltiplas perspectivas e interesses na construção de conhecimentos por meio da interação dinâmica entre pessoas e objetos, os Princípios CARE devem estar presentes em todo o ciclo de vida dos dados/informações que representam o conhecimento: desde a modelagem conceitual, coleta de dados, até a curadoria e o acesso conforme as possibilidades de serem aplicados e utilizados. Espera-se, portanto, que o processo de implementação dos princípios CARE, possibilite o desenvolvimento de critérios para definição de metadados culturais, de biodiversidade, de proveniência, de governança indígena, de ética indígena, de transparência, de integridade e de equidade.

Finalmente, os princípios FAIR também servirão como embasamento uma vez que fornecem diretrizes para melhorar a localização, acessibilidade, interoperabilidade e reutilização de ativos digitais. Esses princípios enfatizam a capacidade dos sistemas computacionais de encontrar, acessar, interoperar e reutilizar dados sem nenhuma ou mínima intervenção humana, considerando que cada vez mais dependemos do suporte computacional para lidar com dados digitais como resultado do aumento no volume, complexidade e velocidade de criação de dados (GO FAIR, 2023).

Reafirmamos, ainda, que os princípios norteadores de uma pesquisa evolvendo comunidades indígenas e que buscam “extraír” e registrar os “modos de conhecer” o que por eles é criado e produzido, não podem negar a existência de sua cultura e da nação daqueles povos. Afinal, a coleta, classificação e registro de diversas formas de conhecimento a respeito de povos indígenas não devem colonizá-los novamente. O presente estudo conceitua elementos fundamentais, tais como Literatura Indígena, Conhecimento Tradicional e Modelagem Conceitual, articulados aos princípios FAIR e CARE, para o desenvolvimento e a criação de uma Biblioteca Digital da Literatura Indígena que seja experimental e que sirva como campo de estudo para pesquisadores da área.

Conflito de Interesses

Os autores declaram não haver conflitos de interesses.

CRedit – Contribuições dos Autores

Maria das Graças M. Castro | Conceitualização, Escrita – redação original, Supervisão, Recolha de dados

Cássia Oliveira | Escrita, revisão e edição
Fabiano Couto Corrêa da Silva | Supervisão e revisão

Laura Vilela Rodrigues Rezende | Escrita e revisão

Geisa Muller de Campos Ribeiro | Escrita e revisão

Referências

- Albornoz, D., Clark, M., Gray, E., & Mboa Nkoudou, T. H. (2019). Principles for inclusive open science: The OCSDNet Manifesto (Cap. 2, pp. 23–52). In L. Chan, R. Okune, R. Sambuli, & T. H. Mboa Nkoudou (Orgs.), *Contextualizing openness: Situating open science*. University of Ottawa Press. <https://www.idrc.ca/en/book/contextualizing-openness-situating-open-science>
- Carroll, S. R., Garba, I., Figueroa-Rodríguez, O. L., Holbrook, J., Lovett, R., Materechera, S., ... Hudson, M. (2021). Operationalizing the CARE and FAIR principles for Indigenous data futures. *Scientific Data*, 8(1), 108. <https://doi.org/10.1038/s41597-021-00892-0>
- Dorrico, J. (2018). Vozes da literatura indígena brasileira contemporânea: Do registro etnográfico à criação literária. In J. Dorrico, L. F. Danner, H. H. S. Correia, & F. Danner (Orgs.), *Literatura indígena brasileira contemporânea: Criação, crítica e recepção* (pp. 227–255). Editora Fi.
- Frade, I. C. A. da S., Val, M. da G. C., & Bregunci, M. das G. de C. (Orgs.). (2014). *Glossário Ceale: Termos de alfabetização, leitura e escrita para educadores*. UFMG/Faculdade de Educação. <https://www.ceale.fae.ufmg.br/glossarioceale>
- GO FAIR. (n.d.). FAIR principles. <https://www.go-fair.org/fair-principles/>
- Instituto Escolhas. (2023). Monitoramento do uso dos conhecimentos tradicionais: Como o Brasil pode avançar nessa agenda? (Sumário executivo). <https://escolhas.org/wp-content/uploads/2023/10/Sumario-CTA.pdf>
- Kambeba, M. W. (2018). [Trecho]. In J. Dorrico, L. F. Danner, H. H. S. Correia, & F. Danner (Orgs.), *Literatura indígena brasileira contemporânea: Criação, crítica e recepção* (pp. 40–44). Editora Fi.
- Krenak, A. (2018). Retomar a história, atualizar a memória, continuar a luta. In J. Dorrico, L. F. Danner, H. H. S. Correia, & F. Danner (Orgs.), *Literatura indígena brasileira contemporânea: Criação, crítica e recepção* (pp. 28–35). Editora Fi.
- Lima, A. (2012). *O livro indígena e suas múltiplas grafias* [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais]. http://www.letras.ufmg.br/padrao_cms/documentos/eventos/vivavoz/o_livro_indigena_e_suas_multiplas_grafias.pdf
- Instituto Indígena Brasileiro para Propriedade Intelectual. (2004, janeiro 28). Nota Técnica 002/INBRAPI/Direção Executiva: Recomendações indígenas para a VII Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB). <https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/18d00034.pdf>
- Munduruku, D. (2013). *Encontros de escritores e artistas indígenas: Relatório de atividades*. DM Projetos Especiais.
- Munduruku, D. (2018). Escrita indígena: Registro, oralidade e literatura. In J. Dorrico,

L. F. Danner, H. H. S. Correia, & F. Danner (Orgs.), *Literatura indígena brasileira contemporânea: Criação, crítica e recepção* (pp. 81–83). Editora Fi.

Organização das Nações Unidas. (2008). *Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas*. UNIC.

Rezende, L. V. R. (2024). *Ciência aberta e gestão do conhecimento tradicional e científico: Estudo de caso do Núcleo Takinahakŷ de Formação Superior Indígena da Universidade Federal de Goiás* [Projeto de pesquisa aprovado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (FAPEG)]. Universidade Federal de Goiás.

Sabatier, P. A. (1986). Top-down and bottom-up approaches to implementation research: A critical analysis and suggested synthesis. *Journal of Public Policy*, 6(1), 21–48. <https://www.jstor.org/stable/3998354>

Souza, E. R. de. (2018). Literatura indígena e direitos autorais. In J. Dorrico, L. F. Danner, H. H. S. Correia, & F. Danner (Orgs.), *Literatura indígena brasileira contemporânea: Criação, crítica e recepção* (pp. 51–74). Editora Fi.

Svenonius, E. (2000). *The intellectual foundation of information organization*. MIT Press.

Yin, R. K. (2003). *Case study research: Design and methods* (3rd ed.). Sage.